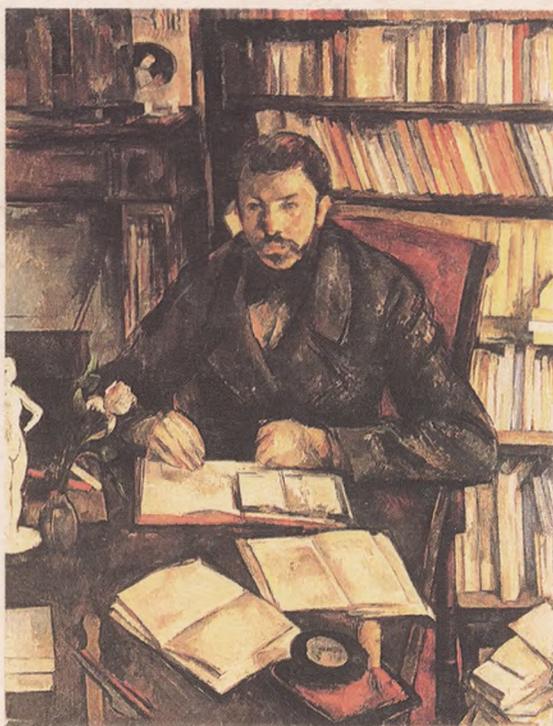


REVISTA DE  
**HISTÓRIA**  
DAS IDEIAS



HISTÓRIA E LITERATURA

VOLUME 21, 2000

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Há escolas que se dedicam exclusivamente à história da medicina. Por exemplo, em Espanha, a escola de Pedro Lain Entralgo, de J.M. Lopez Piñero, de Juan Riera, Sanchez Granjel, etc., que formam profissionais que trabalham a tempo inteiro neste campo. Não é mais possível fazer história da medicina nos intervalos de uma vida dedicada à clínica ou a outras opções profissionais. Aliás, tomando como modelo o que se passa na Europa, a história da medicina não tem que ser feita necessariamente e apenas por médicos. Muito diferentemente, na Europa, nos E.U.A., no Brasil, etc., o historiador da medicina e das ciências da saúde é um profissional especializado ou graduado. Para a obtenção dessa graduação têm, em regra, acesso licenciados em História, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Medicina, Farmácia, Biologia, etc. Os exemplos são muitos a começar pela nossa vizinha Espanha. Mas, limitamo-nos a referir um dos historiadores das ciências que conhecemos pessoalmente: Patrícia Aceves, actual Reitora da Universidade Autónoma Metropolitana-Xochimilco - México, a partir de uma licenciatura em farmácia é actualmente uma historiadora conceituada dentro do domínio da história da química e da saúde pública; os seus trabalhos são regularmente citados nas listas bibliográficas da mais antiga e conceituada revista de história da ciência, *ISIS - An International Review Devoted to the History of Science and its Cultural Influences*.

João Rui Pita  
Ana Leonor Pereira

Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Edições Salamandra, 1999, 479 pp.

Há trabalhos de investigação, oportunamente editados, que reflectem com clareza trajectórias bem definidas, coerentes e referenciáveis. O percurso investigativo de Carlos Cordeiro - autor de *Insularidade e Continentalidade - os Açores e as Contradições da Regeneração, 1851-1870* (1992), *Açorianidade e Autonomia* (em colaboração, 1989) e ainda de diversos artigos, prefácios e introduções a obras sobre a mesma temática - é disso um bom e indiscutível

exemplo, enquadrado pelo importante e recente movimento de renovação historiográfica açoriana para o qual muito tem contribuído a função estratégica da respectiva Universidade.

A imagem do percurso ou da trajectória ajusta-se bem à obra deste historiador açoriano porquanto se nota, dos anteriores trabalhos para este novo livro - produto da "revisão minimalista" da sua tese de doutoramento defendida em Julho de 1998 -, um avanço cronológico, tendo passado da segunda metade de oitocentos ao primeiro quartel de novecentos, e um aprofundamento temático dentro do mesmo âmbito de uma história cultural e das ideias nos Açores em plena época contemporânea. Trata-se, aliás, de um ramo científico em germinação no arquipélago graças, em larga medida, aos seus estudos seminais.

Neste novo livro Carlos Cordeiro ensaiou, sem sair do seu habitual espaço geográfico de análise, a estimulante conjugação, focada na Introdução, da problemática regional (afirmação da identidade/fraternidade próprias, plasmadas no direito à maturidade ou à descentralização político-administrativa) com os vectores ideológico e político-institucional da conjuntura portuguesa entre 1890-1926, mas não sem alguns ajustamentos cronológicos que o levaram a enfatizar os impactes da I República "fraca" (1919-1926), da Ditadura Militar e dos começos do Estado Novo (1928-1932) no discurso doutrinário, publicístico e partidário das forças conservadoras, católicas, regionalistas e até integralistas açorianas. Seguindo muito de perto o pensamento e a acção de José Maria Raposo do Amaral e de Aristides Moreira da Mota, figuras destacadas do heterogéneo conjunto político-ideológico dessas forças, surpreendeu-as na "intimidade" dos seus arquivos pessoais e soube também explorar, de forma metódica e exaustiva, a imprensa regional disponível como "matéria-prima" indispensável a um roteiro narrativo. Roteiro perceptível, aliás, na estrutura do livro, consubstanciada em cinco capítulos todos com subtítulos, além da Introdução, das Considerações finais, das Fontes e bibliografia e de um índice onomástico.

Assumindo um estilo vincadamente descritivo, o autor aborda no 1.º capítulo - Do Conservadorismo anti-republicano ao pensamento integralista - o lastro das mensagens emitidas para a opinião pública açoriana pelos respectivos círculos políticos, uníssonos na crítica ao sistema partidário da Monarquia decadente,

não tardando também a aparecerem as críticas ao novo regime republicano por parte de vários sectores que se insurgiram logo contra a extinção do Tribunal da Relação dos Açores, a suspensão de jornais por motivos políticos, o excessivo prolongamento do "período revolucionário", a aguda intolerância da "lei da separação do Estado das Igrejas", etc. Tudo isto assinalava, afinal, uma forte predisposição anti-republicana que as subseqüentes vicissitudes do regime e a galopante crise internacional haveriam de converter em extensa e intensa prática conspirativa. Prática implícita na simbiose táctica da defesa do autonomismo com o anti-republicanismo, temporariamente atenuada face à efémera vigência da República Nova sidonista (1917-1918), e no programa do recém-nascido Partido Regionalista, de cunho autonomista conservador, católico e até de acentuada inspiração integralista, achando-se o Integralismo Lusitano representado através do Núcleo Micaelense de Propaganda Integralista.

A especificidade católica do movimento regionalista açoriano ao longo dos anos 20 aparece desenvolvida no 2.º capítulo - Católicos "e consequentemente conservadores" - e, ao mesmo tempo, bem articulada com os pressupostos doutrinários e as práticas da hierarquia eclesiástica e do catolicismo "militante" laico do Centro Católico Português, com comissões diocesanas em todo o país e ilhas. Vemos, assim, através da análise minuciosa da imprensa coeva, como foi possível e com que objectivos se fez a implantação do "partido" católico nos Açores, sua intervenção político-eleitoral e a extensão sindicalista à luz e pela pena do P.e Ernesto Ferreira, do tradicionalismo católico, apostólico e romano e da encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII.

Um olhar rasante para o interior do corpus ideológico e doutrinário do movimento regionalista, disperso por uma variedade de textos de tipologia diferente e composto pelo "sentimento açoriano" ("alma açoriana", "consciência açoriana", "confraternidade açoriana" - conceitos empregues por Agnelo Casimiro em 1927), pelo racionalismo autonômico-administrativo e pelo nacionalismo português, romântico e tradicionalista, atravessa o 3.º capítulo Nacionalismo, Regionalismo, Identidade. Esse corpus emerge na arte e na literatura, nomeadamente num interessante Inquérito à Vida Intelectual dos Açores lançado em 1929 - mais um entre os vários que em Portugal e na Europa dos anos vinte fizeram

moda -, e ainda na projectada realização, desde 1881, de um forum de debate, reflexão e programação do desenvolvimento açoriano, ou seja, um congresso agregador da capacidade das elites dos diversos ramos de actividade, planeado nos anos 20 e 30, mas por inércia e outras vicissitudes só veio a concretizar-se em Lisboa no ano de 1938!...

As questões autonómica, descentralizadora e federalista, complementares do referido corpus ideológico e doutrinário, surgem destacadas no 4.º capítulo - Regionalismo, Autonomia, Descentralização - desde a fase imediatamente pós-sidonista até às vésperas da ditadura militar instaurada pelo golpe de 28 de Maio de 1926 e em que se sucederam propostas e projectos gizados por um conjunto de personalidades, umas conhecidas, outras raiando o mais liminar anonimato, que, segundo o autor e comparados com os textos programáticos "do chamado 1.º movimento autonómico", carecem de fulgor teórico inovador e cingem-se a argumentos de ordem prática, reconhecendo os autonomistas a "necessidade de criação de um ambiente que favorecesse a imagem dos Açores e do seu povo junto da opinião pública continental e das instâncias políticas nacionais" (p. 370).

A demonstração do patriotismo dos açorianos, as suas qualidades de trabalho e a capacidade para se auto-administram motivou os autonomistas na fase final da 1.ª República, sintonizados com o processo sedicioso de índole nacionalista e conservadora que eclodiu no Continente. O movimento militar de 18 de Abril de 1925, definido por um dos seus mentores, o comandante Filomeno da Câmara, como a "revolta dos escravos" da desordem e da corrupção republicanas e demoliberais, teve um favorável acolhimento nas elites regionalistas e conservadoras açorianas e daí a expectativa benevolente face às promessas do 28 de Maio, que levou o Diário dos Açores a perguntar: "Chega, por fim, a verdadeira República, aquela sonhada República em que desde o começo se falou?". E o que ressalta da análise dos textos e da opinião pública é que a crença na almejada estabilidade e a resignação face aos imperativos da "ditadura financeira" de Oliveira Salazar e cabouqueira do Estado Novo se sobrepueram à legítima reivindicação dos direitos autonómicos, apesar de um ou outro desabafo inconformista, como o de Aristides da Mota, que, em 1932, incitava os descontentes ao "protesto em vos baixa, por não ser permitido elevar a voz" (p. 427). O maior mérito deste estudo de Carlos Cordeiro consiste, precisamente, em trazer para a actualmente intensa e promissora investigação historiográfica sobre a 1.ª

República e o Estado Novo dados seguros e novos sobre o pensamento e a acção das elites regionalistas açorianas e seu(s) alinhamento(s) ideológico(s), concluindo estarem essas elites mais próximas da mundividência nacionalista, tradicionalista e antiliberal do que de um federalismo progressista e democrático.

Merece apenas algum reparo que o autor não tenha optado, também, por submeter o rico manancial informativo recolhido a modelos hermenêuticos mais subtis e perscrutadores dirigidos aos interstícios semânticos da textualidade, com vista a permitirem, por exemplo, indagar a eventual presença na produção doutrinária e ideológica regionalista, "ordeira" e conservadora, de motivações mais profundas, psicossociais e mítico-simbólicas, condensadas na matriz católica e messiânica (a fé no culto do Santo Cristo e no Espírito Santo) e inscritas, fundacionalmente, na tradição mítica do providencialismo português.

Em jeito de brevíssima apreciação final julgamos tratar-se de um trabalho que enriquece substancialmente a historiografia açoriana e que já vinha fazendo falta à História Cultural e das Ideias do Portugal contemporâneo.

Armando Malheiro da Silva